

**AS REVOLUÇÕES AFRICANAS E O PAPEL DAS
OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS:
O CASO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO
CONGO**

Lucas Pereira Rezende

Doutorando em Ciência Política (UFRGS),
Mestre em Relações Internacionais (PUC Minas)
Professor de Relações Internacionais (Facamp)
lucasprezende@gmail.com

Recebido: 15 out. 2010
Aceito em: 08 nov. 2010

RESUMO

O presente artigo busca analisar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) no processo das revoluções africanas, com foco especial para o caso da República Democrática do Congo. Busca-se, aqui, pesar para o estado receptor, mediante uma análise histórica das operações de paz e do caso da República Democrática do Congo, como a ONU e o sistema ONU criaram constrangimentos a mais para o conflito e acabaram por se tornar parte do conflito. A ONU foi chave na demonstração de como uma operação de paz não é efetiva, se partem do pressuposto a imparcialidade e a neutralidade. Ademais, analisa-se como a ONU, ainda que tenha ocorrido nos anos 60 (século XX), pode ser considerada uma operação de paz de terceira geração.

Palavras-chave: relações internacionais, operações de paz, Organização das Nações Unidas, República Democrática do Congo, ONU, revoluções, África.

ABSTRACT

This article explores the role of the United Nations in the revolutionary process in Africa, with special focus to the case of the Democratic Republic of Congo. The aim is to weigh the host state, through a historical analysis of peacekeeping operations and the case of Democratic Republic of Congo, as UNOCI and UN system created more constraints to the conflict and eventually became part of it. The UNOCI was key in demonstrating how a peacekeeping operation is not effective if it assumes impartiality and neutrality. Moreover, we consider how to UNOCI, although it has happened in the 1960s, can be considered a Peacekeeping Operation of third generation.

Keywords: international relations, peacekeeping operations,
United Nations, Democratic Republic of Congo,
UNOCI, revolutions, Africa.

1 INTRODUÇÃO

Auge da Guerra Fria. Tomadas por sua reconstrução do pós-II Grande Guerra e pressionadas pelas superpotências Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as antigas metrópoles coloniais não mais são capazes de sustentar suas colônias africanas. Alianças internacionais, como o Movimento dos Não-Alinhados, são criadas tendo como base a demanda pela descolonização. No âmbito da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), a Assembleia-Geral criou o Comitê Especial para a Descolonização. Movimentos independentistas na África começaram a se organizar e a reivindicar a independência. O cenário internacional desde meados da década de 50 foi, definitivamente, de favorecimento das independências africanas. “O vento da mudança está soprando por este continente”, disse o premier britânico Harold Macmillian (apud COLE, 2006, p. 26). Apenas nos dez anos (1956 a 1966), 34 países se tornaram independentes no continente¹, e 16 ocorreram unicamente no revolucionário ano de 1960.

Ainda que algumas transições se tenham dado de forma relativamente pacífica, com a concessão por parte da antiga metrópole, houve, de maneira geral, a dispersão de conflitos internos que, em muitos casos, perduram até hoje. As revoluções independentistas africanas tiveram que lidar não apenas com a saída do colonizador, mas também com a disputa interna de forças. Deparamo-nos, então, com duas

¹ 1956: Sudão, Marrocos e Tunísia. 1957: Gana. 1958: Guiné. 1960: Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Somália Britânica, Somália Italiana, Benin, Níger, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Chade, Congo, Gabão, Mali, Nigéria, Mauritània. 1961: Serra Leoa e Tanganica. 1962: Burundi, Ruanda, Argélia e Uganda. 1963: Zanzibar. 1964: Malawi e Zâmbia. 1965: Gâmbia e Rodésia. 1966: Botsuana e Lesoto.

formas distintas de conflitos na África independentista: conflitos tradicionais entre Estados e conflitos intra-estatais.²

Responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, de acordo com a Carta da ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) era o órgão do sistema onusiano que deveria deliberar acerca dos conflitos africanos. Contudo, em um tempo de paralisia decisória por causa de disputas entre as superpotências, o CSNU foi poucas vezes capaz de adotar medidas efetivas para prevenir ou controlar conflitos em andamento. Nas décadas de 50 e 60, apenas oito operações de paz foram estabelecidas pelo CSNU. Dessas operações, apenas uma ocorreu na África: a ONUC, criada em 1960 para garantir a integridade do Congo.³

2 OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU⁴

As operações de paz da ONU (PKO⁵) podem ser entendidas, inicialmente, como “uma técnica, desenvolvida principalmente pelas Nações Unidas, para ajudar a controlar e

² Diversos autores utilizam-se de terminologias distintas para tratarem do mesmo conceito. Aqui, conflitos intraestatais ou guerra civil serão utilizados para tratarem do mesmo tipo de conflito. Segundo Doyle e Sambanis (2006, p. 31): “Guerra civil é um conflito armado que opõe o governo e o exército nacional de um Estado internacionalmente reconhecido contra um ou mais grupos de oposição armados capazes de escalar resistência efetiva contra o Estado; a violência deve ser significativa, causando mais que mil mortes, em uma luta relativamente contínua, que acontece dentro das fronteiras de um país; e os rebeldes devem recrutar principalmente localmente, controlando alguma parte do território do país.”

³ As demais operações de paz do período foram: UNEF (Suez), UNOGIL (Líbano), UNSF (Nova Guiné Ocidental), UNYOM (Iêmen), UNFICYP (Chipre), DOMREP (República Dominicana) e UNIPOM (Caxemira).

⁴ Parte dessa discussão foi apresentada em Rezende (2010), capítulos 2 e 5.

⁵ Do original em inglês: *Peacekeeping Operation*.

resolver conflitos armados” (GOULDING, 1993, p. 452), após eles terem sido iniciados. As PKO são o principal instrumento à disposição da ONU para seu objetivo principal de manter a paz internacional, embora não estivessem previstas na Carta de São Francisco, de 16/6/1945, que criou a ONU. A base legal para tais ações se encontra nos capítulos VI, VII e VIII da Carta. Seu problema era que elas serviam para tentar controlar uma situação depois que já havia ocorrido, e não antes. E foi assim, basicamente, que se desenvolveram durante o período da Guerra Fria.

Há dois pré-requisitos para o estabelecimento das PKO: (1) operações de paz são operações das Nações Unidas. As operações são (a) estabelecidas por um dos órgãos legislativos da ONU; (b) estão sob o comando e controle do Secretário Geral, que age com autoridade delegada pelo CSNU e ao qual deve se reportar regularmente; (c) têm seus custos providos coletivamente pelos Estados membros (GOULDING, 1993). (2) as tropas utilizadas nas operações de paz não são permanentes da ONU, mas tropas providas pelos Estados membros, que representam a organização, e não seus Estados de origem (GOULDING, 1993; DINIZ, 2006).

A ONU, por seu lado, expressa a existência de três princípios consuetudinários, a saber (UN, 2008): (1) consenso das partes – as PKO só poderiam ser estabelecidas e mantidas no tempo com o consentimento de todas as partes envolvidas⁶ no conflito em questão; (2) imparcialidade – os *peacekeepers*⁷ devem ser imparciais em relação às partes do conflito; (3) ausência da força – exceto em autodefesa.

⁶ No contexto de 1960, as partes eram reconhecidamente apenas atores estatais. Este conceito sofreu mudanças significativas ao longo do tempo, em especial após o fim da Guerra Fria.

⁷ Uso o termo em inglês na falta de um mais adequado em português. São os integrantes de uma PKO.

Partindo de sua fundação, o uso tradicional das missões de paz da ONU era em desavenças interestatais e sempre com a autorização das partes envolvidas, ou seja, de ambos, ou mais, Estados em disputa. Ela começava a operar após o estabelecimento de uma trégua ou um cessar-fogo. Sutterlin (1995, p. 42) alega que a simples presença das PKO contribui para uma melhoria das condições nos locais de conflito:

Através de tais ações estabilizadoras, as operações de paz da ONU em situações de conflito doméstico frequentemente desempenham um papel de construção da paz pós-conflito altamente importante, através da redução das causas das tensões sociais que fizeram emergir o conflito em uma sociedade. O fortalecimento dos processos democráticos, a conciliação entre grupos populacionais, o encorajamento ao respeito aos direitos humanos [...] e à redução dos problemas humanitários são todos parte desse processo.

Um ponto levantado por esse autor, e motivo de preocupação de diversos países, é a possível ameaça que as PKO intraestatais podem trazer à soberania⁸ dos Estados. Ele

⁸ O termo “soberania” foi cunhado no século XVI, para justificar os novos Estados absolutistas que emergiam, e foi central para a construção da noção do atual Estado-nação. Com base em regras constitutivas, há dois tipos primordiais de soberania: (1) soberania interna, quando o Estado detém autoridade sobre todas as demais autoridades e população em um dado território; (2) soberania externa, que afirma que o Estado independe de autoridades externas. Daí se deriva o termo “igualdade soberana”, que coloca que, em uma comunidade de Estados, independentemente de seu tamanho, força ou população, todos os Estados são iguais. É a base fundamental do Direito Internacional. Como não há autoridade superior, cabe ao Estado seguir ou não as leis internacionais, ainda que sua não-obeidência possa dificultar a aceitação perante a comunidade de Estados, além de atrapalhar a ordem internacional. Para manter os objetivos comuns da coexistência, os Estados concordam na não-intervenção dos assuntos internos alheios. Esse é, logo, o princípio

sugere que seria interessante se se pudesse desenvolver um princípio que “[...] ações de missões de paz realizadas sob o pedido do, ou com o consentimento do, governo do país de atuação não podem ipso facto violar a soberania do país.” (SUTTERLIN, 1995, p. 44-45).

Para Doyle e Sambanis (2006), há três diferentes paradigmas – ou, ainda, três “gerações” das operações de paz, tidas como a tipologia clássica das PKO. A primeira geração engloba as missões de paz tradicionais, de manutenção da paz, que são empregadas com a autorização das partes e como forma de estabelecer confiança, negociar a paz ou até mesmo mantê-la, se já acordada. A segunda geração das missões de paz ainda trazia elementos da primeira, como a neutralidade, imparcialidade e a autorização das partes envolvidas. Contudo, essas missões, referenciadas como operações multidimensionais, envolvem a atuação em amplos aspectos, como administrações civis e policiamento, admitindo um papel mais intrusivo que as anteriores. A última geração de PKO é a que compreende a imposição da paz, ou seja, o uso da força direta por parte dos capacetes azuis. Essas missões são calcadas no capítulo VII da Carta, e não precisam da autorização das partes em conflito para entrarem em vigor. A terceira geração compreende, segundo esses autores, três tipos: (1) atuação sem apoio local significativo, quando as forças devem tentar conquistar as facções em conflito; (2) emprego de uma missão na ausência de aquiescência unânime, mas em setores específicos, tais como zonas de vôo proibido; (3) emprego de força para a estruturação de um acordo de paz já acordado e que uma ou mais partes optaram por abandonar. Em meados dos anos 90, todavia, surgiram ainda propostas para uma quarta geração

fundamental da igualdade soberana e da manutenção da ordem no sistema internacional (FENTON, 2004, p. 4-6).

de PKO, que trataria das missões de paz delegadas às organizações de segurança regionais (DOYLE; SAMBANIS, 2008, p. 15-18).

No contexto de 1960, entretanto, as PKO de primeira geração tinham sua capacidade de atuação fortemente engessada. De todas as prerrogativas de atuação, vale observar que o uso da força só era permitido para autodefesa – o que não compreendia a defesa da missão, apenas dos peacekeepers. Houve, porém, ainda na década de 60, uma PKO que claramente foi de terceira geração: a ONUC.

3 CRISE DO CONGO: 1960

A República Democrática do Congo conseguiu sua independência formal da Bélgica em 30/6/1960 – o ano das revoluções africanas, sob a liderança nacionalista de Patrice Lumumba. Segundo Cole (2006), o problema que se seguiu à independência do Congo foi em consequência da discrepância de interesses entre os EUA e antigos colonizadores, de um lado, e as demandas nacionalistas e africanistas de Lumumba⁹. Apenas dez dias depois da independência, revoltados com a não-mudança em suas condições, os soldados da Força Pública se revoltaram violentamente contra os antigos oficiais colonizadores, causando mortes, pânico e estupros. Em defesa de seus cidadãos, forças belgas interviram rapidamente, o que foi entendido pelo governo congolês como um ato de agressão e

⁹ Outros pontos de vista podem ser estudados, como o de Nzongola-Ntalaja (2004), que afirma que o problema central do conflito congolês está na definição de cidadania adotada após a independência, e o ponto de vista psicológico retomado de Fanton, do papel espontâneo das massas marginalizadas e seu movimento em direção a uma consciência potencial (SHARAWY, 2003).

levou a questão a um conflito militar entre os dois países (OLIVIER, 2010, p. 2).

No dia seguinte, aproveitando da intervenção belga e do apoio de parte dos assentados, Moïse Tshombe, líder do UMK¹⁰, proclamou a independência da região de Katanga. Quase um mês depois, em 8 de agosto, foi a vez da região de South Kasai reclamar seu separatismo, sob comando de Albert Kalonji, líder do MNC-k¹¹. Em setembro, o presidente Kasa-Vubu tirou Lumumba do cargo de primeiro-ministro, colocando Joseph Ileo nesse lugar, em meio às operações para tentar evitar a separação de South Kasai. Lumumba não aceitou a substituição e depôs Kasa-Vubu do cargo, levando o Coronel Mobutu a tomar o poder em um golpe de Estado. Mobutu manteve Kasa-Vubu como presidente e prendeu Lumumba. Os aliados de Lumumba, sob comando de Antoine Gizenga, fugiram para Stanleyville, onde formaram um outro governo central com os ministérios nos moldes de Lumumba.

Em 17/1/1961, Lumumba foi assassinado pelas forças de Tshombe. A essa altura, havia três governos no Congo: Ileo em Leopoldville, Gizenga em Stanleyville e Tshombe em Elizabethville. Em agosto do mesmo ano, Kasa-Vubu propôs uma trégua aos apoiadores do Lumumba, substituindo Ileo por Cyrille Adoula, partidário de Gizenga, no cargo de primeiro ministro. Esse foi o governo que durou até 1964, ainda que Tshombe tenha resistido até 1963, quando, com o auxílio da ONU, Katanga se rendeu e Tshombe foi exilado.

O que se seguiu foram as rebeliões populares. O governo Adoula, favorecendo sucessivamente o Ocidente, encontrou-se cada vez mais isolado, encontrando fortes entraves na oposição nacionalista. Em setembro de 1963, o Presidente Kasa-Vubu dissolveu o Parlamento, o que levou a oposição a se organizar secretamente para uma insurreição

¹⁰ *Mining Union of Haut-Katanga.*

¹¹ *Congolese National Movement/Minority.*

armada. Eles formaram o Conselho de Libertação Nacional, sob a liderança de Christophe Gbenye, que reivindicou uma segunda independência para o país, com a retirada do governo neocolonialista. Em janeiro de 1964, ocorreu a primeira revolta camponesa na África independente, na região de Kwilo. Em abril, a região de Fizi-Uvira fez uma nova insurgência. Segundo Olivier (2010), essa última rebelião acabou alastrando-se, desencadeando movimentos semelhantes em North Katanga, Kivu-Maniema, Sankuru e, por fim, a tomada de Stanleyville e levando à formação de um novo governo, liderado por Gbenye, sob o nome de República Popular do Congo. Tudo isso aconteceu até setembro de 1964.

Com o apoio de forças estadunidenses, pilotos anticomunistas cubanos da CIA, belgas e mercenários que incluíam antigos membros da SS nazista, Tshombe, reconduzido à posição de primeiro-ministro, lançou um programa de retomada dos territórios. Houve diversas baixas, uma vez que líderes de ambos os lados usavam de argumentos esotéricos, afirmando que os combatentes eram invulneráveis a balas¹². A paralisia do governo que se formou em seguida levou a um golpe de Estado, em 24/11/1965, que conduziu o General Mobutu ao poder. Deu-se início à segunda república (OLIVIER, 2010, p. 5-14).

4 ATUAÇÃO DA ONU NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ONUC

O conflito na República Democrática do Congo teve um caráter multidimensional, uma vez que foi um conflito tanto

¹² Segundo Olivier (2010, p. 7), as condições para que isso acontecesse eram tantas que, uma vez feridos, a justificativa das falhas estava assegurada por alguma das condições não cumpridas pelo combatente.

intraestatal quanto interestatal, pois envolveu países vizinhos. Com poucas experiências de controle de conflitos intraestatais, a ONU interviu no Congo com a mentalidade das PKO de primeira geração, a fim de garantir a paz e assegurar a unidade do Estado. Como nas PKO da época, quando o consentimento entre as partes estatais era necessário para a implementação da missão, a ONU entrou no Congo sob pedido do então premier Lumumba, em 1960.

A Operation des Nations Unies au Congo, ou ONUC, foi autorizada pelo CSNU em 14/7/1960 e funcionou até 30/6/1964. Apoiada pelos países vizinhos, como Gana, que temiam a africanização do conflito, a ONUC tinha como objetivo evitar o alastramento do problema e evitar a intervenção neocolonial na região. Gana queria que as tropas da ONUC fossem basicamente africanas. Segundo Mohan (1969), o objetivo principal da ONU, ao se envolver, era, então, conter a crise e neutralizar o Congo. O mandato da missão estabelecia que a ONUC deveria auxiliar o governo central no que fosse necessário, fazendo uso da força se preciso, a restauração da lei e da ordem em todo o território, em especial em Katanga, e garantir que a Constituição em vigor fosse respeitada.

Os primeiros problemas da PKO começaram logo cedo, com visões distintas sobre os objetivos da missão. De um lado, o líder de Gana, Kwame Nkrumah, defendia que a ONUC deveria defender os movimentos radicais nacionalistas. Já o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, com o apoio estadunidense, defendia que a PKO deveria restabelecer a lei e a ordem, fortalecendo as instituições civis e administrativas da República Democrática do Congo. Isso ia ao encontro do objetivo estadunidense de suprir o vácuo deixado pelas antigas metrópoles coloniais na África e evitar o avanço soviético no continente. Os EUA viam que uma intervenção da ONU fosse capaz de trazer uma

reestruturação para o Congo, levando-o a um governo central moderado.

Em julho, Tshombe, protegido pela presença belga, começou uma série de ameaças às forças da ONU, que pretendiam entrar em Katanga. A ONUC, ao evitar entrar em Katanga, acabou desagradando ao governo central. Entretanto, os capacetes azuis não entraram na região, afirmando que a razão do conflito nada tinha a ver com o ato belga, imediato pós-independência, e que uma eventual entrada da ONUC em Katanga atrapalharia mais do que ajudaria – argumento de Hammarskjöld. Os peacekeepers acabaram entrando em Katanga após negociações do secretário-geral com Tshombe, o que enfureceu Gana e Lumumba, que acabou procurando ajuda militar com os soviéticos. Tal ajuda nunca chegou a se concretizar. Contudo, serviu para que a primeira contenda bipolar na África se realizasse.

A disputa entre o primeiro-ministro e as forças da ONU se foi escalando e foi objeto inclusive de repreensão por parte de Nkrumah. A deposição de Lumumba do cargo de primeiro-ministro visou atender aos objetivos da ONU e dos EUA, uma vez que o impedimento dele era visto como um dos elementos fundamentais para a neutralização do Congo (MOHAN, 1969, p. 387). A falta de apoio que recebeu e a obediência das forças ganenses à ONUC fez com que fosse criado mais um ponto de conflito, entre Lumumba e Gana.

Dentro da ONUC, houve fortes animosidades, em especial entre oficiais britânicos, que apoiavam os belgas e os ganenses. As próprias forças ganenses na ONUC estavam sendo acusadas de seguir os comandos de Nkrumah e não os da ONU. Nesse cenário, o golpe militar de Mobutu e a futura aliança com Kasa-Vubu foram vistos como elementos de busca de um governo moderado, tanto pelos EUA quanto pela ONU. Isso só fez crescer a oposição de Gana à ONUC. A crítica continuava sendo à leniência da ONUC em permitir que

os belgas se reinfiltrassem no Congo, em especial em Katanga (MOHAN, 1969, p. 395).

Vendo que a solução para o problema teria que passar pela resolução da questão de Katanga, o secretário geral Hammarskjöld passou a tentar com as autoridades belgas e de Katanga uma diminuição das forças da Bélgica na região. A retirada começou efetivamente só em meados de 1961, todavia. Outras hesitações, todavia, minavam a autoridade da PKO. Quando o comandante da ONUC era Rajeshwar Dayal, ele se recusou a prender Lumumba e se comprometeu a agir conforme a Constituição. Isso causou o descontentamento do Ocidente e de Leopoldville. Ao mesmo tempo, na tentativa de manter a lei e a ordem, a ONUC acabava cooperando de alguma forma com as autoridades de Leopoldville e colaborando, assim, para sua reafirmação no poder.

Buscando a mesma lei e ordem, a ONUC financiou o General Mobutu, dando-lhe dinheiro para melhorar a remuneração de suas tropas, a fim de tê-las sob um comando único. Ao fazer o pagamento, Mobutu trouxe para si as glórias, sob recomendação da ONUC, mas usou do prestígio para atuar contra as autoridades constitucionais. “Em outras palavras, como Nkrumah disse em março de 1961, ‘ao invés de suprimir o motim da Foça Pública, as Nações Unidas na verdade pagaram por ele.’” (MOHAN, 1969, p. 396).

O oficialato civil da ONUC buscava restaurar alguma forma de administração do país, além da estrutura econômica. Nesse sentido, era obrigada a trabalhar com o Colégio de Comissionários, formado por tecnocratas e criado por Mobutu, após seu primeiro golpe para organizar o país. A cooperação com os belgas era inevitável. Contudo, a ONUC se recusava a formalmente apoiá-los, o que levava a um estado de guerra entre as forças de Mobutu e Kasa-Vubu contra a PKO. Tais contradições ficaram expostas no relatório feito por Dayal e contribuíram para que as potências ocidentais procurassem pelo apoio dos moderados de Leopoldville. O fato é que a

ONUC estava em crise interna. Os países radicais da Ásia e África ameaçavam sair da PKO, caso esta não tivesse mudanças. Nkrumah, porém, tentava dissuadi-los, dizendo que era melhor ter tropas africanas servindo à ONU e aos imperialistas do que a retirada total, que daria motivos aos seus oponentes para entrarem de vez no Congo e na África e favorecerem os contrários a Lumumba. Ficando presentes na ONUC, Nkrumah sentia que Gana e os demais Estados esquerdistas poderiam influenciar em suas decisões. Isso mostrava um forte distanciamento entre as tropas e as decisões tomadas no Conselho de Segurança e na Secretaria-Geral da ONU sobre o mandato da ONUC.

O secretário-geral, entretanto, não via motivos para modificações na missão. Em dezembro, a Assembleia-Geral da ONU se reuniu e, por não conseguir uma opinião final sobre quais mudanças deveriam ser feitas e na ausência de uma proposta de Hammarskjöld, a ONUC continuou seu mandato. As críticas à PKO vinham de seus próprios oficiais, que reclamavam da ausência da possibilidade do uso da força. Na prática, a ONUC estava servindo para se opor ao regime nacionalista de Lumumba, favorecendo primeiro Tshombe, depois Kasa-Vubu e, por fim, Mobutu (MOHAN, 1969, p. 397).

Uma mudança na perspectiva da ONU veio apenas em novembro de 1961, sob claro reflexo da administração Kennedy. O mandato foi fortemente ampliado e incluía ajuda para a formação de um novo Parlamento, a instalação de um governo de unidade nacional, sob Cyrille Adoula, apoio para a nova Constituição, que acabou levando ao Plano Thant de Reconciliação Nacional. Na questão militar, a ONU deu apoio ao governo central para evitar secessões. Tropas foram usadas em diversas operações, tanto para a retirada de forças estrangeiras, em especial as belgas em Katanga, e para evitar separatismos. Os sucessos começaram a vir nas operações de 1962. Paulatinamente, foi crescendo o apoio dos EUA à

ONUC, assim como sua presença no país. O governo Adoula foi tornando-se cada vez mais dependente dos EUA. A ligação foi tal que, mesmo após o fim da PKO em 1964, foi necessária uma intervenção direta dos estadunidenses, em cooperação com os belgas, para uma pacificação definitiva do Congo com o regime de Mobutu.

5 CONCLUSÃO

Segundo Mohan (1969, p. 404), a ONU serviu apenas para evitar uma penetração soviética no Congo, não funcionando como um escudo para o imperialismo. A ONUC acabou funcionando como fator de estabilização apenas ao favorecer um dos lados, e não era um dos lados em conflito, mas o Ocidente. O papel mais importante da ONUC foi não permitir um conflito direto entre as superpotências na África. Sua pacificação relativa foi criada pela eliminação de um fator de instabilidade pelo ponto de vista Ocidental, Lumumba, e a criação de uma aliança artificial sob auspícios da ONU. Além disso, a ONUC serviu para neutralizar a posição de Nkrumah em Gana e dos demais vizinhos que flertavam tanto com a União Soviética quanto com o Movimento dos Não-Alinhados, que queriam que a ONU funcionasse para uma causa revolucionária africana.

Quando a ONUC chegou ao fim, a segunda fase do conflito congolês já havia começado, com o separatismo de Kwilu em janeiro de 1964. O segundo momento de conflito só chegou ao fim após o intervencionismo belga-estadunidense, em fins desse ano, e culminou com o golpe de Estado que colocou Mobutu no poder. Ainda que tenha ocorrido na década de 60, a ONUC pode ser considerada, porém, uma PKO de terceira geração, uma vez que fez uso ofensivo da força, indo além da autodefesa, a fim de garantir a implementação da missão. Segundo Doyle e Sambanis

(2006), a ONUC foi um caso de sucesso das operações de paz, quando se pensa apenas no sentido de implementação da missão, uma vez que contribuiu para a não-partição do Estado congolês. A PKO, contudo, foi malsucedida no conceito que os autores colocam de construção do Estado, pois o conflito só foi temporariamente suspenso, voltando à tona com o fim do regime de Mobutu, ao cabo da Guerra Fria. A ONUC foi, ainda, a primeira PKO a ampliar o uso da força no sentido de autodefesa, funcionando tanto para a defesa das tropas quanto para a defesa da missão em si, entendida como mobilidade da força – o que ficou conhecido como a Regra Katanga (DOYLE; SAMBANIS, 2006, p. 21).

Tendo sido a única PKO a ocorrer em solo africano nas décadas de 50 e 60, a ONUC foi chave na demonstração de como uma operação de paz não é efetiva, se parte do pressuposto da imparcialidade e da neutralidade. Ao mesmo tempo, demonstra o quanto a adoção da parcialidade e da escolha de lados em uma PKO reflete a disputa de poder mais no âmbito do sistema internacional e dentro da ONU do que propriamente no país sob conflito. Ao escolher Lumumba como seu oponente e fator a ser neutralizado, a ONU se tornou um ator do conflito da República Democrática do Congo, sendo, inclusive, motivador de dissidências e de instabilidade regional. Ao optar pela aliança de Kasa-Vubu e Mobutu e desestruturar os movimentos nacionalistas que conduziram a independência, ainda que tenha trazido estabilidade relativa ao Congo, a ONUC colaborou para a manutenção do país sob a área de influência da Bélgica e contribuiu para a inclusão dos EUA como ator preponderante na região. A revolução na República Democrática do Congo, pela atuação ímpar que teve a ONU, talvez tenha sido a revolução africana que mais demonstre a variável do sistema internacional, mesmo se mantendo o Estado-nação como centro da análise.

REFERÊNCIAS

BERG, Eugène. **Non alignement et nouvel ordre mondial**. Paris: Universitaires de France, 1980.

BILSEN, A. A. J. Van. Some aspects of the Congo problem. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944-), v. 38, n. 1, p. 41-51, jan. 1962. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=00205850%28196201%2938%3A1%3C41%3ASAOTCP%3E2.0.CO%3B2-P>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

CHALIAND, Gerard. **A luta pela África: estratégia das grandes potências**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAN, Stephen; WILLIAMS, Andrew J. **Renegade states: the evolution of revolutionary foreign policy**. Manchester University, 1994.

COLE, Jonathan J. The Congo question: conflicting visions of independence. **Emporia State Research Studies**, v. 43, n. 1, p. 26-37, 2006.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e as operações de paz. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.

DOYLE, Michael W.; SAMBANIS, Nicholas. **United Nations peace operations: making war and building peace**. Princeton: Princeton University, 2006.

FENTON, Neil. **Understanding the UN Security Council: coercion or consent?** Ashgate: Ashgate Publishing, 2004.

GROMIKO, Anatoli. (Ed.) **A Casa Branca e o continente negro**. Moscou: Progresso, 1986.

GOULDING, Marrack. The evolution of United Nations peacekeeping. **International Affairs**, v. 69, n.3, 1993.

MOHAN, Jitendra. Ghana, the Congo and the United Nations. **The Journal of Modern African Studies**, v. 7, n. 3, p. 369-406, Oct., 1969. Disponível em:

<<http://links.jstor.org/sici?sici=0022278X%28196910%297%3A3%3C369%3AGTCATU%3E2.0.CO%3B2-S>>. Acesso em: 1º jul. 2010.

Nzongola-Ntalaja, Georges. The politics of citizenship in the DR. **States, Borders and Nations**: annual international conference. University of Edinburgh, May 19-20, 2004.

OLIVIER, Lanotte. Chronology of the Democratic Republic of Congo/Zaire (1960-1997). **Online Encyclopedia of Mass Violence**, Apr. 6, 2010.

Disponível em:
<http://www.massviolence.org/PdfVersion?id_article=107>.
Acesso em: 1º jul. 2010.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em:
<<http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. **United Nations peacekeeping operations: principles and guidelines**. 2008. Disponível em:
<[http://pbpu.unlb.org/pbpps/Library/Capstone Doctrine ENG.pdf](http://pbpu.unlb.org/pbpps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2009.

REZENDE, Lucas. **O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU**: um estudo comparativo. Dissertação

(Mestrado em Relações Internacionais). Belo Horizonte – PUC Minas, 2010.

SHARAWY, Helmi. **Frantz Fanon and the african revolution: revisited at a time of globalization.** Dakar: CODESRIA, 2003.

SUTTERLIN, James S. **The United Nations and the maintenance of international security: a challenge to be met.** [S.l.]: Praeger, 1995.

